

PROCESSO DE TRABALHO DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE IMAGENS DE BONDADE E O MAL-ESTAR DOCENTE

Jarbas Santos Vieira – Faculdade de Educação/Universidade Federal de Pelotas

Agência Financiadora: CNPq

A rede pública municipal de educação de Pelotas possui 82 escolas, a maioria à Educação Básica dos anos iniciais e finais. Em termos percentuais, os anos iniciais – 1ª à 4ª série – detêm 84,7% do professorado, a Educação Média, 2,7%, e a Educação Infantil 9%, com 209 docentes, sendo que 196 efetivamente em sala de aula (dados de 2011). Foi neste último nível de escolarização que, percentualmente, encontramos o maior número de licenças de saúde e o maior número de dias de afastamento do trabalho por motivo de doença.

Constatamos que na Educação Infantil os principais motivos de licença estão relacionados a problemas mentais e comportamentais, bem como a doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (CID-10, 1998). Por que são essas enfermidades que mais atacam as professoras nesse nível de atuação? Que elementos estão atuando no cotidiano de seus processos de trabalho que provocam maior incidência desses tipos de doenças mais do que em qualquer outro grupo de professoras?

Para começar a responder a essas perguntas é preciso considerar que após mais de uma década depois da Educação Infantil tornar-se política pública, e mais de cinco anos da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – 2006 –, se faz necessário um balanço de seus efeitos sobre a Educação Infantil, em especial naquilo que pode ter relação com o processo de trabalho docente e, mais particularmente – de forma mediata –, com a saúde de suas professoras. Os dados que aqui apresentamos fazem parte desse esforço, tendo como campo privilegiado uma das maiores redes de escolas públicas municipais do Brasil em termos percentuais, como é o caso da cidade de Pelotas.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa se valeu tanto de procedimentos metodológicos quantitativos quanto qualitativos. Na dimensão quantitativa atualizamos nosso banco de dados com informações sócio-demográficas, funcionais e médicas das 209 professoras que atuam na Educação Infantil do município. Logo após aplicamos, sobre todo o universo de professoras em sala de aula – 169 docentes –, o instrumento *Job Content Questionnaire* (JCQ), desenvolvido por Karasek (1985), validado para o Brasil por Tânia Araújo (Araújo, 2008) e traduzido para o Português como *Questionário sobre Conteúdo do Trabalho*.

A versão utilizada é composta de 49 questões que contemplam as duas dimensões psicossociais no trabalho, o controle sobre o trabalho e a demanda psicológica dele advinda. Também avalia o suporte social proveniente da chefia e dos colegas de trabalho e, por fim, a demanda física e a insegurança no emprego. O JCQ foi aplicado nas escolas por entrevistadoras treinadas, e os dados sócio-demográficos foram atualizados pelas próprias professoras.

O *controle no trabalho* refere-se ao uso de habilidades – o grau pelo qual o trabalho envolve aprendizagem de coisas novas. O desenvolvimento de habilidades especiais individuais também envolve autoridade de decisão, que abarca a habilidade

individual para a tomada de decisão sobre o próprio trabalho, a influência do grupo de trabalho e a influência na política gerencial (Araujo, 2003). Já a *demanda psicológica* se refere às exigências psicológicas que o trabalhador enfrenta na realização de seu trabalho. Envolve pressão do tempo, nível de concentração requerido, interrupção das tarefas e a necessidade de esperar pelas atividades realizadas por outros trabalhadores.

O modelo de Karasek distingue quatro tipos básicos de experiências no trabalho, gerados pela interação dos níveis “alto” e “baixo” da demanda psicológica e do controle:

- *alta exigência do trabalho* – caracterizado como alta demanda e baixo controle;

- *trabalho ativo* – alta demanda e alto controle;

- *trabalho passivo* – baixa demanda e baixo controle;

- *baixa exigência* – combinando baixa demanda e alto controle.

Seguindo as recomendações do JCQ para a dicotomização de controle (baixo-alto) e de demanda (baixa-alta), bem como para estabelecer o ponto de corte da mediana, apresentamos aqui alguns resultados parciais desses tipos básicos, tais como as características psicossociais do trabalho das professoras que incluem:

- o controle da professora sobre seu próprio trabalho;

- as demandas psicológicas;

- o apoio recebido pelos colegas de trabalho;

- apoio recebido pela direção.

Na dimensão qualitativa entrevistamos as professoras efetivamente em sala de aula. A amostra contou com uma margem de erro de 5% em relação à população total de docentes que obteve licença de saúde no período da pesquisa, considerando-se o nível de confiabilidade de 95%.

Esta última dimensão, cuja aplicação ocorreu através de entrevistas semi-estruturadas, explorou as práticas pedagógicas utilizadas pelas professoras em seu cotidiano de trabalho, bem como o grau de exigência material e simbólica que elas demandam; as demandas psicológicas e o controle das professoras sobre seu processo de trabalho, incluindo aí as relações sociais na escola e com as famílias das crianças; a construção identitária dessas profissionais problematizando a relação entre profissão, gênero e educação de crianças pequenas.

Resultados

A população pesquisada foi de 195 mulheres e 1 homem, que se encontra efetivamente em sala de aula exercendo a função docente. As mulheres representam 99% da população. Destas, 56,6% são casadas, 32,7% solteiras e 6,6% separadas. A idade do grupo varia entre 22 e 61 anos, sendo a média de 38 anos.

Quanto ao nível de escolaridade, 27,6% possuem nível superior completo e 23% superior incompleto. O tempo médio na profissão é de 9 anos. A carga horária de todas as professoras é de 40 horas semanais ou mais.

Em relação aos aspectos psicossociais do trabalho, avaliamos os que estavam relacionados ao controle da professora sobre seu próprio trabalho, demanda psicológica envolvida na realização das tarefas, apoio recebido das colegas e apoio recebido pela direção da escola.

Quanto aos indicadores do uso de habilidades, 99,9% das professoras referiram que seu trabalho envolve aprendizagem de coisas novas; 99,5% acreditam que ele

requer criatividade, além de que 89,9% defendem que sempre realizam tarefas diferentes. Paradoxalmente, 71,9% das respondentes indicaram que suas tarefas são bastante repetitivas. Além disso, 89,2% responderam que lhe são exigidos alto nível de qualificação para a realização do trabalho.

Acerca dos aspectos de autoridade decisória ou possibilidade de decisão sobre seu processo de trabalho, 66,3% responderam que podem tomar decisões por conta própria. Na dimensão das demandas psicológicas, 90,3% responderam que seu trabalho requer trabalho intenso, embora 36% não considerem o ritmo de trabalho como acelerado, e 65,3% acreditam que o tempo para realizar as tarefas seja suficiente.

No que diz respeito ao apoio recebido no local de trabalho, 91,3% responderam que as colegas de trabalho são amigáveis, e 88,3% afirmaram que elas são colaborativas. No entanto, no que se refere à ajuda mútua, houve uma pequena queda no número de respostas positivas: 78,6%.

Nas questões referentes ao apoio recebido das diretoras das escolas, 86,2% das professoras responderam que tem apoio da direção em diversos aspectos, principalmente no que diz respeito a serem ouvidas.

Tabela - Características psicossociais do trabalho referidas pelas professoras da Educação Infantil Municipal da Cidade de Pelotas, RS, 2010.

Características psicossociais do trabalho	Sim n	%
Controle sobre o próprio trabalho (N=196)		
<i>Indicadores de uso de habilidades</i>		
Trabalho requer que aprenda coisas novas	194	99,00
Trabalho envolve repetitividade	141	71,9
Exigência de alto nível de qualificação	175	89,2
Requer criatividade	195	99,5
Possibilita fazer tarefas diferentes	176	89,9
<i>Indicadores de autoridade decisória</i>		
Permite tomar decisões por conta própria	130	66,3
O que você diz sobre seu trabalho é considerado	160	81,6
Tem pouca liberdade para decidir como fazer o próprio trabalho	36	18,4
Demandas psicológicas (N=196)		
Ritmo de trabalho acelerado	71	36,2
Requer que trabalhe muito	177	90,3
Volume excessivo de trabalho	70	35,7
O tempo é suficiente para realizar as tarefas	128	65,3
Trabalho com demandas conflitivas feitas por outros	134	68,4
Apoio recebido pelos colegas de trabalho (N=196)		
Colegas de trabalho são amigáveis	179	91,3
Colegas ajudam-se uns aos outros	154	78,6
Colegas são colaborativos	173	88,3
Apoio recebido pela direção (N=196)		
Diretora se preocupa com o bem estar da equipe	168	85,7
Diretora presta atenção no que digo	169	86,2
Estou exposta a hostilidade da diretora	43	21,9
Diretora ajuda na realização do trabalho	144	73,5
A diretora é bem sucedida na promoção de trabalho em equipe	153	78,1

Frente a dados de que são as professoras das EMEIs àquelas que mais tiram licenças de saúde, como podem ser entendidas as respostas dadas ao instrumento pelas professoras?

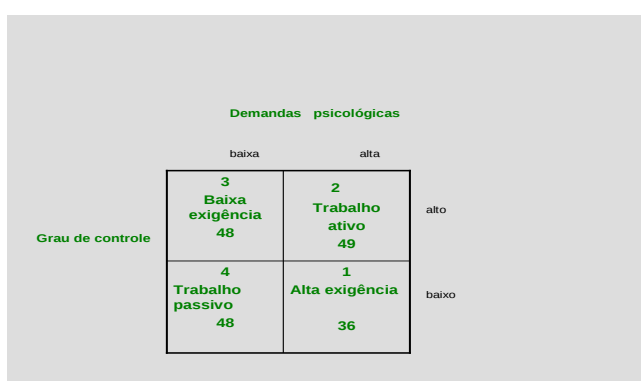
Como pode ser depreendido da tabela acima existe uma compreensão de que o trabalho com crianças pequenas envolve constantes aprendizagens. Ao mesmo tempo é um trabalho que requer criatividade e alto nível de habilidade.

Visto de forma quantitativa, as docentes da educação infantil podem ser caracterizadas como trabalhadoras que possuem alto nível de habilidade no desenvolvimento de seu trabalho. Essa positividade, encontrada nas descrições de habilidades do JCQ, também é afirmada em relação ao grau de autoridade que as docentes acreditam possuir em relação às decisões em sala de aula e no espaço da escola.

Os dados nos colocam então diante de profissionais que acreditam ter alto nível de especialização e grande autonomia laboral, o que poderia tornar-se um fator de satisfação e, conseqüentemente, de proteção a problemas relacionados ao *mal-estar docente* ou uma doença relacionada ao processo de trabalho. Todavia, se prestarmos atenção as demandas psicológicas, encontramos uma professora que também acredita trabalhar muito, não tendo tempo suficiente para a realização das tarefas que lhes são exigidas. Um trabalho que envolve, cotidianamente, demandas conflitantes, intensa concentração nas tarefas e constantes interrupções por problemas existentes dentro da própria organização escolar.

O paradoxo entre a ideia de uma profissional especializada e criativa, com alto grau de autonomia decisória, mas que trabalha sob demandas conflitantes e intensa concentração, pode ser mais bem matizada quando o universo pesquisado é visto dentro do Modelo Demanda/Controle, cujos resultados são os seguintes:

- 49 professoras apresentaram alta demanda psicológica e alto grau de controle sobre seu trabalho;
- 96 professoras se dividiram em dois grupos: o de baixa demanda psicológica e alto grau de controle, considerado como o grupo de referência, isto é, professoras que não estão expostas a doença.
- outras 48 professoras desse grupo encontram-se também no quadrante intermediário.
- 36 professoras encontram-se no grupo de risco, referido a um trabalho em que é exigido uma alta demanda psicológica e pouco controle sobre o seu trabalho, colocando-as em risco de adoecimento.



O Modelo Demanda-Controle de Karasek (1979) indica a necessidade de traçar duas diagonais: uma – Diagonal B –, que vai do quadrante 2 (Trabalho Ativo) até o quadrante 4 (Trabalho Passivo) para encontrar os grupos que apresentam *motivação para desenvolver novos tipos de comportamento no trabalho*, portanto, mais protegidos de adoecimento; outra – Diagonal A –, que vai do quadrante um (Alta Exigência) ao

quadrante três (Baixa Exigência), indicando os grupos com *riscos de exigência psicológica e adoecimento psíquico*. Nesse sentido, temos que 46,4% (36+48) das professoras encontram-se em risco de adoecimento, sendo que 19,8% já apresentam problemas de saúde, corroborando com dados da própria Secretaria de Saúde do município.

Trata-se de um número absoluto e de um percentual bastante alto, com alta significação estatística para o universo validado de 181 respondentes das 196 professoras em sala de aula.

Na distribuição das respostas das professoras dentro do Modelo Demanda/Controle, no diagrama de quatro quadrantes, obtemos a característica das hipóteses previstas pelo próprio modelo, referentes ao maior risco de adoecimento – *Diagonal A* –, assim como a hipótese de existência de motivação para o desenvolvimento de novos padrões de comportamento – *Diagonal B*.

Nos estudos apresentados por Karasek (1998) observamos que as profissões referentes ao cuidado e ao atendimento ao público constituem o quadrante relacionado à alta exigência, e integram a *Diagonal A*, que aponta para riscos de distúrbios de ordem psicológica e de doenças físicas.

No caso das professoras das EMEIs, observamos a existência de um número significativo de professoras, o qual é apontado pelo Modelo como fator de declínio na atividade global do indivíduo, provocando uma redução da capacidade de produzir soluções para as atividades e problemas enfrentados (ARAÚJO, 2003).

Todavia, nos interessa explorar a produção do *mal-estar docente* dentro do processo de trabalho dessas professoras. E os dados referidos ao suporte social podem favorecer nossa análise.

Segundo os dados coletados pelo JCQ, existe um suporte social por parte da direção e das colegas de trabalho, indicando um ambiente favorável ao trabalho em grupo, como vimos na tabela acima.

Mas como entender esse suporte social quando, nos dados relacionados ao controle sobre seu processo de trabalho, o que aparece é uma professora que precisa resolver problemas de ordem pedagógica de forma individualizada?

As duas questões aparentemente paradoxais que até aqui apresentamos – (1) a ideia de uma profissional especializada e criativa, com autonomia decisória, mas que trabalha sob demandas conflitantes e sob intensa concentração; (2) suporte social e ambiente de trabalho satisfatório, embora suas decisões pedagógicas sejam individualizadas – apontam à necessidade de um mergulho qualitativo no universo dessas professoras, pois os dados coletados pelo JCQ, mesmo indicando que quase metade das docentes está potencialmente em risco de adoecimento psicológico, mostram, também, que essas professoras ainda mantêm muitas prerrogativas em seu processo de trabalho.

Entretanto, essas prerrogativas não aliviam questões potencialmente causadoras de problemas de saúde, como é o caso das demandas físicas do trabalho, pois os dados do instrumento são efetivamente confirmados pelos relatos das professoras entrevistadas: o trabalho na educação infantil exige uma grande demanda física.

Já os aspectos relacionados à insegurança no trabalho, não preocupam as professoras, embora percebam que suas qualificações se desgastarão em um curto prazo de tempo. Podemos ainda identificar que a carreira docente na educação infantil não é vista como propícia a promoções, visto que a função desempenhada e o cargo ocupado são muito específicos. Talvez seja essa especificidade àquela que remete às professoras

enxergarem-se como trabalhadoras especializadas.

Os resultados apresentados até aqui devem ser considerados com cautela, por se tratar de um estudo preliminar, que ainda precisa ser submetido adequadamente a testes de hipóteses. Deve-se também levar em consideração que a população de pesquisa possui características que as distingue de outras categorias, assim como se diferem de categorias semelhantes de outras regiões. Mesmo assim é possível avançar algumas idéias para entender porque essas professoras, dentre todas as outras docentes que atuam na rede pública municipal, apresentam maiores problemas de saúde, segundo dados de pesquisa anterior¹.

As entrevistas realizadas com as professoras ajudaram a matizar a complexa realidade de trabalho nesse nível de escolaridade. Trata-se de um mergulho qualitativo que contribuiu para contextualizar as respostas dadas no JCQ.

Corroborando com os resultados da pesquisa passada, também estamos encontrando fatores que contribuem para o adoecimento das professoras, em especial as condições de trabalho e o tratamento que o poder público dispensa às EMEIs. Como exemplo privilegiado desse tratamento, podemos citar o aumento do número de crianças por professora no ano de 2011, que passou de 15 para 22 e/ou 25 crianças.

A essa dimensão político-estrutural soma-se outra, de caráter simbólico, mas não menos real que àquela: trata-se de discursos de caráter idealista e prescritivo sobre o significado do trabalho docente e da própria educação. Discursos proferidos tanto pelas professoras quanto pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, que acabam normalizando a ideia do magistério como sacrifício – naturalizado como um (o) elemento constituinte da ideia de profissão docente, pelo menos com crianças pequenas.

A combinação dessas dimensões – político-estrutural e simbólica – está relacionada com a intensificação do trabalho e, conseqüentemente, com os riscos de adoecimento individual, além de comprometer a qualidade da educação.

Não é possível ignorar que o papel do professorado mudou sob a pressão das transformações do contexto social, no qual elas e eles exercem a sua profissão; mas igualmente modificaram-se as expectativas, o apoio e o julgamento deste contexto social sobre as educadoras e os educadores (Esteve, 1999; Hypolito, 1997; Sacristán, 2009).

Isso tem aumentado o *mal-estar docente* das professoras de educação infantil em especial, que estão experimentando rápidas modificações de exigências, novas responsabilidades – muito pela diminuição do papel educador da família –, além da modificação do papel da docente frente às novas tecnologias (competição com TV, internet etc.), e da falta de preparação para esse novo papel.

No caso das docentes em pauta, os resultados obtidos nos permitem questionar o trabalho atual nas EMEIs como valor para a saúde dessas professoras. Nossos dados indicam que essa categoria, em termos de saúde, parece andar na contramão da ideia de que o trabalho é um elemento fundamental para fazer com que as pessoas se sintam úteis e importantes – um sentimento sadio de pertencer e de contribuir para a sociedade. Sentimento que deveria ser fundamental num trabalho como o da educação. Sua ausência se constitui em um dos fatores do *mal-estar docente* que, combinados com questões de ordem individual, organizacional e social, influenciam na saúde, no desempenho e na satisfação das professoras.

Como escrevíamos em outro momento, nas atuais condições de trabalho da

¹ Não podemos aqui indicar o nome da pesquisa tendo em vista a garantia de anonimato da avaliação do trabalho.

maioria de nossas escolas públicas, a docência encontra-se em constante risco de promover o adoecimento do professorado ao invés de contribuir para produzir alguma espécie de compensação, seja econômica, seja emocional.

Essa realidade torna-se ainda mais complexa quando falamos da Educação Básica e, em especial, das professoras das EMEIs, pois são elas àquelas mais destacadas pela sociedade para lidar, como linha de frente, com a dura realidade da miséria, da violência e da exclusão, como fala uma professora:

(...) a questão da aluna em si, sempre foi uma questão que mexeu muito comigo, então, ter uma criança, por exemplo, que passa fome, tu pode resolver o problema num determinado instante, mas tu sabes que daqui a pouco tu não vai poder resolver mais. Então essa criança precisa da escola para alimentação, mas e depois que sai daqui da escola? O que vai acontecer? Eu não posso estar lá, e se eu pudesse estar lá eu não ia poder estar na casa do outro...

A esse contexto social assoma-se a falta de apoio por parte dos órgãos coordenadores da educação, o crescimento de cobranças por parte da sociedade e a hipertrofia de funções, tornando a tarefa de educar uma tarefa de risco para a saúde dessas pessoas.

Diante de tantas dificuldades não é de estranhar que as professoras coloquem em jogo diversos mecanismos de defesa para preservar sua integridade, como são os esquemas de inibição da rotina ou de absentismo trabalhista. Nos discursos das professoras, o trabalho em condições desfavoráveis tornou-se uma norma – uma normalidade – da profissão de educadora em escolas públicas, naturalizando o sentimento de que ser professora é sacrificar-se pessoalmente pelo bom andamento das relações educativas e dos múltiplos significados que possam ter para cada uma das docentes.

Esses discursos, que naturalizam a adversidade, geram também outro tipo de conduta, contrária a inibição da rotina ou ao absentismo. Trata-se daquilo que pode ser denominado de presenteísmo (Paschoalino, 2009). Nela as professoras continuam desenvolvendo seu trabalho mesmo estando doentes, comprometendo a qualidade da educação e potencializando o agravamento de problemas físicos e psicológicos, como nos fala outra professora:

Eu tenho até atestado médico, que eu não coloquei justamente para, aquele ano, eu continuar no berçário. No ano seguinte também continuei... só que aí, [no] ano passado, eu disse: ‘bom, não tem mais, não tem mais condições’.

Nas entrevistas analisadas, o presenteísmo muitas vezes é justificado pelas docentes por compreenderem sua profissão como vocação. Ser professora passa então a ser entendido como uma missão quase sagrada, mais do que como uma profissão. A professora então se constitui profissionalmente dentro de um *ethos* pastoral, cuja missão é de salvamento das crianças.

As políticas educacionais exploram essa dimensão pastoral com rara destreza (Eslabão, 2009, 2011), construindo cenários que favorecem críticas à qualidade do trabalho das professoras, como é o caso da publicização de resultados negativos que podem ocorrer nas escolas. Um mau desempenho pedagógico, um fato negativo nas relações sociais educativas – entre professoras e crianças, professoras e famílias, professoras e Secretaria – é imediatamente relacionado à incompetência profissional que, por sua vez, é relacionado à falta de compromisso e de dedicação das docentes ou da escola.

Essa combinação de profissão e sacerdócio vem deslegitimando as professoras como profissionais, criando mecanismos de interferência sobre o processo de trabalho docente, cada vez mais alinhado com aquilo que está prescrito nos documentos oficiais – da política municipal e da política curricular nacional –, independentemente das realidades encontradas nas escolas.

O conjunto dessas questões tem jogado a categoria em constante busca de atualização, em forma de cursos, treinamentos, oficinas, palestras etc., cujos efeitos estão muito mais próximos a um manual de auto-ajuda do que de uma formação intelectual que reverta em melhorias à educação.

Os cursos promovidos na rede pública de Pelotas, pelo menos nos últimos 8 anos, são um exemplo dessas totalizações e imposições de modelos que, somados ao viés político conservador das últimas administrações, estabelece controles mais rígidos sobre as professoras.

A combinação das dimensões político-estrutural e simbólica tem constituído então um processo marcado pela intensividade e extensividade do processo de trabalho. Nas EMEIs as possibilidades de porosidade são mínimas, pois o grau de atenção nas tarefas com crianças pequenas torna o cotidiano das professoras um exercício constante de vigilância.

Na mesma direção da intensividade, essas docentes têm uma jornada de trabalho de 8 ou mais, com menos de uma hora para o almoço, às vezes nem isso, em função de questões ligadas à adaptação das crianças etc. Não são poucas as professoras que dizem ficar além do horário de trabalho esperando os pais ou responsáveis pelas crianças. Todavia, a jornada de trabalho não acaba quando a professora sai da escola. Em casa há também outra jornada de trabalho, que se confunde com os compromissos profissionais, como destaca uma outra professora:

(...) em casa [estou] pensando nas coisas da escola, mas não estou pensando parada, pensando em duas, três coisas. Acho que isso sim esgota. Tem coisa para fazer e ainda tá pensando em coisas lá da escola. Na verdade na escola tá pensando no que tem que fazer em casa também... Eu acho que a sobrecarga da gente é que esgota bastante. Recebo pouco pra trabalhar, recebo nada pra fazer a outra parte. Acho que isso aí enlouquece a cabeça da gente... A obrigação em casa é exclusivamente da gente [da mulher] (...) e chega uma hora que eu nem cobro mais ajuda [dos familiares].

O volume de trabalho e a precariedade das condições existentes em muitas EMEIs, a diversidade e a complexidade das questões presentes em sala de aula e, ainda, uma expectativa social de excelência, podem estar na origem de queixas e de adoecimento na categoria. De toda forma, as professoras da Educação Infantil talvez sejam aquelas docentes cuja jornada de trabalho seja a mais extensa e a que mais esteja sendo intensificada. A isso acrescenta o fato de serem as mulheres que historicamente possuem uma jornada não remunerada de trabalho, em casa, com a família.

Concluindo

Nossa pesquisa vem indicando então que, em conjunto, esses problemas estão contribuindo para o adoecimento dessas professoras e isso explica os 46,4% de professoras que estão desde já em risco de adoecimento segundo o Modelo Demanda-Controle. São muitos os conflitos que fazem parte do dia a dia de professoras das EMEIs, que se deparam com várias funções efetivamente desempenhadas e que não estariam circunscritas sob a ótica da educação institucionalizada.

As professoras que permanecem nas EMEIs por opção e buscam a valorização profissional e social persistem na luta, apesar de inúmeras dificuldades. O menor prestígio social que possuem por trabalharem em instituições ainda consideradas assistencialistas por muitos, tem instigado algumas delas para o caminho da superação. Entretanto, ao mesmo tempo em que se percebe o compromisso com o cuidado e com a educação de crianças pequenas, também estão sujeitas à acomodação e a momentos de desânimo causados pela desvalorização salarial e pelas condições precárias de trabalho, talvez potencializando o próprio adoecimento de muitas delas.

São essas questões que estão nos ajudando a pensar a relação entre o processo de trabalho docente com sua saúde de suas profissionais, abrindo a possibilidade de vislumbrarmos outras possibilidades de educação, cuja qualidade também diga respeito à saúde.

Os gestores do Brasil precisam se convencer que educar a primeira infância é importante, e isso envolve apoio, respeito e valorização das experiências de suas profissionais, que hoje vivem entre imagens de bondade e o mal-estar docente.

Referências

ARAÚJO, Tânia Maria de, e KARASEK, Robert. Validity and reliability of the job content questionnaire in formal and informal jobs in Brazil. *SJWEH Suppl, Scandinavian Journal of Work, Environment & Health; Journal information*, 2008 (6): 52-59.

ARAÚJO, Tânia Maria e KARASEK, Robert. Validity and reliability of the job content questionnaire in formal and informal jobs in Brazil. *Scandinavian Journal of Work, Environment & Health; Journal information*, n. 6, P.52-59, 2008.

Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. CID-10, décima revisão, 1998.

ESLABÃO, Leomar da Costa et al. *Mal-estar docente: um panorama da rede municipal de educação da cidade de Pelotas entre os anos de 2006 e 2007*. XVIII CIC e XI ENPOS da UFPel, 2009.

ESTEVE, José S. *O Mal-estar Docente*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas: Papirus, 1997.

Karasek Robert. 1979. Job Demand, job decision latitude, and mental strain: implications for job redesign. *Administrative Science Quarterly*, n. 24, p. 285-308, 1979.

Karasek Robert. *Job Content Questionnaire user's guide*. Lowell: University of Massachusetts; 1985.

PELOTAS. Prefeitura Municipal de Pelotas. Decreto nº 4003, de 8 de setembro de 1999. Dispõe sobre a criação das Escolas Municipais de Educação Infantil em substituição as Creches Municipais. Pelotas, 1999.

PELOTAS. Prefeitura Municipal de Pelotas. Secretaria Municipal de Administração. Banco de dados com as licenças do professorado da rede pública municipal de Pelotas – período 2006-2007. Pelotas, 2008.

SACRISTÁN, José Gimeno. (2008) ¿De dónde viene la crisis de la profesión docente? *Cadernos de Educação*, Pelotas (30), 2008, p.78-88.

VENZKE, Lourdes Helena Dummer. Professoras das escolas municipais de educação infantil de Pelotas: identidades em construção. Pelotas: UFPel, 2004. (Dissertação de Mestrado)

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. *O Professor desencantado: matizes do trabalho docente*. Belo Horizonte : Armazém de Ideias, 2009. 152 p.